



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO OESTEPAULISTA

RESOLUÇÃO Nº 23 DE 26 DE NOVEMBRO DE 2019.

**APROVA O PLANO DE APLICAÇÃO ANUAL DO CONSÓRCIO
INTERMUNICIPAL DO OESTE PAULISTA – CIOP PARA O
EXERCÍCIO DE 2020.**

A Assembleia Geral aprovou em 22 de Novembro de 2019, e eu, Presidente do Consórcio Intermunicipal do Oeste Paulista - CIOP sanciono a seguinte Resolução:

Art. 1º. Estima-se as receitas e fixa as despesas do Consórcio Intermunicipal do Oeste Paulista – CIOP para o **exercício financeiro de 2020 em R\$ 55.100.000,00 (Cinquenta e cinco milhões e cem mil de reais).**

Art. 2º As receitas serão realizadas mediante arrecadação das rubricas previstas na legislação em vigor e de acordo com o seguinte desdobramento (em R\$):

RECEITAS CORRENTES... R\$ 55.100.000,00

Receita de Contribuição.....	R\$	0,00
Receita Patrimonial.....	R\$	65.960,00
Receita de Serviços.....	R\$	0,00
Transferências Correntes.....	R\$	54.526.040,00
Outras Receitas Correntes.....	R\$	508.000,00

RECEITA DE CAPITAL.....	R\$	0,00
Transferência de Capital.....	R\$	0,00

TOTAL DAS RECEITAS..... R\$ 55.100.000,00

Art. 3º – As receitas serão aplicadas de acordo com o seguinte desdobramento (em R\$):

DEMONSTRATIVO DAS DESPESAS POR NATUREZA

DESPESAS CORRENTES..... R\$ 53.747.040,00

Pessoal e Encargos Sociais.....	R\$	25.179.000,00
Outras Despesas Correntes.....	R\$	28.568.040,00



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO OESTEPAULISTA

DESPESAS DE CAPITAL..... R\$ 779.000,00

Investimentos..... R\$ 779.000,00

RESERVA DE CONTIGÊNCIA..... R\$ 573.960,00

Reserva de Contingência..... R\$ 573.960,00

TOTAL DAS DESPESAS..... R\$ 55.100.000,00

Art. 4º – Os quadros dos detalhamentos das receitas e despesas, exigidos pela Lei Federal 4.320/64, são parte integrantes deste projeto de resolução.

Art. 5º – Nos termos dos artigos 7º, 42 e 43 da Lei Federal 4.320, de 17 de março de 1964, fica o Presidente do Ciop autorizado:

- I. A abrir Créditos Adicionais Suplementares até o limite de 10% (dez por cento) do total geral da despesa fixada por anulação,
- II. Realizar abertura de créditos adicionais suplementares, por conta do superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior, na forma do artigo 43, inciso I da Lei Federal 4.320/64;
- III. Realizar abertura de créditos adicionais por excesso de arrecadação, quando o saldo positivo das diferenças, acumuladas mês a mês, entre a arrecadação prevista e a realizada for efetivamente comprovada, considerando-se ainda, a tendência no exercício, na forma do artigo 43 da Lei 4.320/64;

Parágrafo 1º - Os créditos adicionais de que trata o inciso I poderá ocorrer de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro, dentro da estrutura orçamentária.

Art. 6º As dotações para custear despesas com pessoal e encargos sociais, atribuídas aos órgãos de administração serão movimentadas e redistribuídas mediante Créditos Adicionais Suplementares até o limite dessas despesas, não computando estes para efeito do limite fixado no artigo anterior.

Art. 7º – Esta resolução entrará em 01 de janeiro de 2020, revogadas as disposições em contrário.

Presidente Prudente, 26 de Novembro de 2019.

**CRISTIANO MACEDO ENGEL
PRESIDENTE DO CIOP**